



A DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E O PAPEL DAS APAEs

BARROSO, Naedja Pereira¹; CRUZ, Alessandra Danielly²; SILVA, Ana Regina Carinhonha da³; BRANDÃO, Thamirys Arielly⁴; NÓBREGA, Joanacele Gorgonho Ribeiro⁵

*1*Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB e Professora da Faculdade Santa Maria – FSM, e-mail: naedjab@hotmail.com

2 Estudante do 9 período do curso de Psicologia da Faculdade Santa Maria - FSM, , Estagiária do Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Gênero e Economia Solidária-GEPEGES e do Instituto Maria Batista Lacerda-IMJOB e-mail: alessandra_danielly@hotmail.com

3 Estudante do 8 período do curso de Enfermagem da Faculdade Santa Maria - FSM, , Estagiária do Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Gênero e Economia Solidária-GEPEGES e do Instituto Maria Batista Lacerda-IMJOB e-mail: regina0705@gmail.com

4 Estudante do 8 período do curso de Enfermagem da Faculdade Santa Maria - FSM, Estagiária do Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Gênero e Economia Solidária-GEPEGES e do Instituto Maria Batista Lacerda-IMJOB e-mail: thamy_brandao1@hotmail.com

5 Coordenadora do IMJOB do município de Cajazeiras-PB, e-mail: joanacelegorgonho@hotmail.com
Orientadora

INTRODUÇÃO

Na realidade brasileira a trajetória da deficiência é visível desde o início da história, início esse marcado pela discriminação e preconceito. Enxergar a pessoa com deficiência era enxergar a loucura, era enxergar pessoas mantidas em cárceres e, portanto, privadas de qualquer liberdade. Na linha da história percebe-se o olhar para saúde mental vem se configurando de forma diferente.

Como já abordado anteriormente, na realidade brasileira a trajetória da deficiência é visível desde o início da história, início esse marcado pela discriminação e preconceito. Enxergar a pessoa com deficiência era adentrar na temática da loucura, era enxergar pessoas mantidas em cárceres e, portanto, privadas de qualquer liberdade. Na linha da história percebe-se que o olhar para saúde mental vem se configurando de forma diferente.

Com o decorrer dos tempos percebe-se mudanças no trato da pessoa com deficiência, na leitura que foi sendo construída sobre a loucura, sobre a pessoa com deficiência mental. Foram vários os entendimentos e questionamentos no universo da pessoa com deficiência mental.

Somente a partir dos anos de 1980 que foi se constituindo aparatos que garantissem direitos, a exemplo a Constituição Federal de 1988, que foi o marco na universalização de direitos e avanços democráticos não só referentes à pessoa com deficiência, mas de todos os cidadãos.



No Brasil ocorrem às transformações, sobretudo nas décadas de 1980 e 1990, há um considerável aumento de instituições não governamentais, declaradas não lucrativas. São as instituições que integram o chamado “terceiro setor”.

A partir de então destaca o Instituto Maria José Batista Lacerda (IMJOB), é uma entidade representativa de cunho filantrópica. No cotidiano do seu trabalho fomenta discussões acerca de cidadania, direitos sociais, direitos humanos, assim como também direciona uma posição discussão sobre o papel das APAEs no cenário de luta para a pessoa com deficiência.

A exemplo do terceiro setor tem a APAE que apresenta uma trajetória com diversas origens e singularidades. Segundo informa o site de Federação Nacional das APAEs (2005), aborda que a origem da APAE ocorreu na cidade do Rio de Janeiro (1954), a criação foi motivada pelo desejo de uma mãe de uma criança com necessidade educacional especial em criar uma instituição especializada na atenção de crianças com deficiência mental.

Com já abordado anteriormente a APAE é uma associação beneficente e sem fins lucrativos, trabalha na perspectiva da inclusão das pessoas com deficiência intelectual e múltipla, promovendo atenção integral a essas pessoas, na garantia de seus direitos e no apoio à sua família.

Destaca-se que o trabalho da APAE envolve as políticas da seguridade social - Assistência Social, Saúde e Previdência Social, assim como também políticas de Educação, Habitação, dentre outras que são envolvidas mediante necessidades familiares. É notório observar que todas as políticas sociais têm ligações direta e indiretamente com a defesa da proteção as pessoas com deficiência, assim como também seus familiares.

A APAE assume compromissos de promover e articular ações de defesa de direitos da pessoa com deficiência.

Ao discutir o trabalho da APAE reafirma-se a importância que desenvolve na assistência a pessoa com deficiência. É uma entidade com fins filantrópico, e que defende uma missão de criar estratégias para inclusão das pessoas com deficiência. As atividades são desenvolvidas com grandes desafios, muitas vezes em extrema escassez de recursos.

METODOLOGIA

No se refere ao procedimento metodológico é considerado uma das fases mais relevantes de um projeto, por representar a explanação de como vai ser desenvolvido toda a proposta.



Segundo Gil (1995, p.73)” [...] a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” O que considera pertinente é desenvolver um trabalho interdisciplinar na perspectiva de construir ações em conjunto para pensar atuação das instituições que assistem as pessoas com deficiência.

Para alcançar o objetivo proposto de compreender o papel da APAE em relação a defesa do acesso a inclusão e cidadania, foi realizada uma revisão sistemática de literatura. Importante destacar que os artigos foram lidos e analisados na sua totalidade.

Foi utilizado a construção das discussões pautados na abordagem crítica, com base do método crítico dialético. As buscas nas bases de dados foram realizadas nos meses de Maio a outubro de 2016. A etapa seguinte compreendeu a leitura e análise do material pesquisado.

De acordo com Marconi e Lakatos (2006), o conceito de metodologia, que pode ser definida como um conjunto de regras para se tentar solucionar um problema, e que no método científico as regras são gerais, passíveis de erros e necessitam da imaginação e intuição do pesquisado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E O PAPEL DAS APAEs

Ao abordar a trajetória da existência da Apae no Brasil, pontuamos os anos de 1950, quando foi criado a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais. Dessa forma foi fundada a primeira APAE no Brasil, no dia 11 de dezembro de 1954 tendo como presidente o senhor Henry Broadbent Hoyer.

Nesse cenário essas pessoas pouco eram assistidas pelo Estado, sem acesso a serviços. Verifica-se que durante as décadas seguintes, que o Estado brasileiro não construiu um modelo de proteção para a pessoa com deficiência. Mediante tal contexto, registra-se evidente descaso do poder estatal com a população. O cenário é de extremo caos, todas as mobilizações, movimentos sociais, lutas são bloqueadas das décadas de 1970 e 1980. Toda afronta ao Estado é reprimida pelas forças, pela opressão.

No cenário dos anos de 1980, teve a Constituição Federal de 1988, considerado um marco legal na defesa dos direitos sociais, em especial também da pessoa com deficiência.

Mesmo com diversos aparatos legais que defendem os direitos da pessoa com deficiência, verifica-se o afastamento do Estado frente responsabilidades no enfrentamento da



questão social. Diante deste contexto verifica-se um considerável aumento de instituições que não estão diretamente ligadas ao Estado, que se dizem não lucrativas e que atendem a demandas da sociedade civil. São as instituições que integram o chamado “terceiro setor”.

Diante do exposto, processou-se a consolidação nos anos de 1990 o ajuste neoliberal no Brasil, que defendeu um Estado mínimo, através da privatização das empresas e serviços. Além do mais tal realidade nos anos de 1980 é marcada ainda por um processo de instabilidade e descontinuidade das conquistas sociais. Emergem a reprodução da questão social, “novas” formas de exclusão social e econômica, devido às profundas transformações ocorridas no mundo do trabalho requeridas pelo mercado competitivo e globalizado.

É notório apresentara que a inclusão ganhou destaque a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, assim como também da Convenção da Guatemala, de 2001, esses dois elementos normativos exigem que não ocorra a diferenciação da educação. Trabalhar estratégias de inclusão se faz mediante a concretização de diversas ações desenvolvidas com base na leitura de mundo, na reinvenção das relações sociais, onde se destacam família, sociedade e Estado.

No cenário dos anos 2000 o Brasil ainda tem que melhorar muito no que se refere ao atendimento integral da pessoa com deficiência. Mas não podemos deixar de ressaltar que nesses últimos anos, vivenciou avanços em relação à legislação específica, só falta a concretização efetiva.

De acordo com Soares apud Duriguetto (2015, p.90), temos nesse cenário incentivo a participação social da sociedade civil por parte do Estado, mas não sob a forma de controle social e formulação e gestão das políticas sociais, mas como forma de “transferir e atribuir às organizações da sociedade civil” seus deveres enquanto agente para promover o bem-estar da população. Dessa forma, o trato das diversas expressões da questão social que deveria ser responsabilidade do Estado, passa a ser transferida para os próprios cidadãos, visto que, estes é que deveriam ser os receptores dos serviços.

A partir desse contexto as pessoas com deficiência, esta realidade é visível no seio da família comungando também com a fragilidade das políticas sociais destinadas ao público específico Mas, encontra-se ainda na realidade os fenômenos culturais como o preconceito, superstição, ignorância que fragilizam a inclusão social e conseqüentemente a cidadania.

O processo de inclusão é concretizado a cada ação desenvolvida, trabalhar a inclusão parte da reinvenção das relações sociais, onde se destacam família, sociedade e Estado. Implica também rever concepções de mundo, de respeito, de preconceito, de exclusão e de inclusão. A inclusão ganhou visibilidade a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação



Nacional, de 1996, e com a Convenção da Guatemala, de 2001, esses dois elementos normativos exigem que não ocorra a diferenciação da educação.

Mesmo assim com toda a legalidade que é posta, muito ainda tem que ser efetivado para que a inclusão se faça presente na vida das pessoas com deficiência. As crianças e adolescentes acolhidos pela APAE, na sua grande maioria são carentes de recursos financeiros e estão inseridos em âmbitos familiares complexos, vivenciam cenários de limitações, de necessidades, de vontades.

É perceptível que todo processo de sistematização e organização que requer a educação inclusiva precisa ser operacionalizado de forma efetiva. Tem que se estabelecer a ampliação de possibilidades e oportunidades no campo da educação inclusiva.

É perceptível observar que a construção de um planejamento acarretará o fortalecimento da interdisciplinaridade das ações, assim como também a sintonia de todos os envolvidos. O fundamental foi identificar a extrema importância de planejar as possibilidades das ações, mediante os vários saberes profissionais.

Sem dúvida, um novo campo está sendo construído na realidade brasileira no tema da educação inclusiva. O reconhecimento do direito é legitimado, e a APAE desenvolve um papel relevante nas ações da educação inclusiva. O que precisa realizar é a construção de um planejamento sistemático.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante toda a história de atendimento das pessoas com deficiência verificou-se grandes desafios operacionais em todas as instituições seja do 1 setor ou 3 setor. Identificam-se também modificações na legislação nos últimos anos estabelecendo relações de enfrentamento da questão social que cerca as pessoas com deficiência.

Na conclusão deste trabalho apontou a relevância da atuação da APAE nas realidades distintas, oferecendo assistência aos usuários e familiares. Importante destacar também algumas fragilidades, uma vez que as APAEs necessitam de apoio de recursos financeiros, humanos e materiais para que assim se matenha atuante. Destaca-se também o Movimento Apaeano, considerado um grande movimento com a presença de pais, amigos, pessoas com deficiência, voluntários, profissionais e instituições parceiras – públicas e privadas – para a promoção e defesa dos direitos de cidadania da pessoa com deficiência e sua inclusão social. (APAE BRASIL, 2010).



Dentre os desafios tem-se a falta de vontade política, de gerenciamento, de formação profissional, da rotatividade de profissionais, a falta de uma política de voluntariado, falta de financiamento sistemático.

Afirma-se que a luta pela inclusão das pessoas com deficiência precisa ser assumida por todos como uma ação política, cultural, social e pedagógica. O autor Ribas (1994) apresenta que a imagem que criamos é modificada ao passo que engrandecemos o nosso pensamento afirmando-o ser deficiente e não incapacitado.

O trabalho centrou-se na busca do entendimento do combate ao preconceito, estreitamento dos laços familiares, políticas sociais efetivadas contribuem, e muito, para a inclusão social, inclusão educacional, ou seja, a inclusão para a vida. A luta pela defesa da construção da cidadania é permanente dentro de uma sociedade que exclui, marginaliza, naturaliza o problema social da pessoa com deficiência.

É preciso estabelecer esse movimento que possibilite a construção de nova história, se só será possível com a integração dos elementos (Estado, Sociedade Civil e Família), assim como também a integração dos conteúdos, de discussões associações ao aporte legal das Políticas Nacional e Estadual para Criança e Adolescente (ECA, LDB, PNAS, LOAS).

É pertinente que desenvolva qualificações dos profissionais que operacionalizarão as atividades nas instituições da APAE. Considera-se a existência de estratégias contínuas que objetivem a geração da sustentabilidade e inclusão social.

De acordo com o autor Sasaki (1997), compreende que a inclusão representa um processo amplo e complexo permeados de transformações de diversos aspectos, nos ambientes físicos, assim como também na mentalidade de todos, inclusive da própria pessoa com deficiência. O projeto terá como um dos personagens fundamentais a participação da família apaeana. Por compreender que a família precisa desenvolver um sentimento de pertença ao grupo.

Segundo estudo de Glat, Ferreira, Oliveira e Senna (2003, p. 35), a educação inclusiva desenvolvida pelas APAEs enfrenta diversos desafios, dentre eles, relevante destacar a necessidade de desenvolver indicadores de acompanhamentos, ou seja, necessário monitorar, realizar “pesquisas qualitativas e quantitativas que possam evidenciar os resultados dos programas implantados e identificação de experiências de sucesso”.

Na concepção dos autores, os mesmos frisam a relevância de fomentar discussões, produção científica, momentos de participação da sociedade como um todo, valorizando as realidades e necessidades distintas da educação inclusiva. Contudo, se faz pertinente realizar



também a implantação de programas contínuo de recursos humanos, de formação profissional de todos envolvidos na APAE.

O desenvolvimento das ações internas e externas precisam almejar espaços para o desenvolvimento de habilidades das pessoas atendidas na APAE. Outro fator que destaca-se neste trabalho é a estabelecer uma ligação entre sociedade e APAE, para melhor operacionalizar o processo de inclusão. Assim como aproximação dos familiares às atividades propostas pela instituição, manter as parcerias com instituições públicas e privadas, dentre outros aspectos.

REFERÊNCIAS

APAE BRASIL. Disponível em: <<http://www.apaebrasil.org.br>>. Acesso em: 10 Agos. 2016.

BRASIL, Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências. *Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]*, Brasília, DF, 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9608.htm>. Acesso em 07 julho. 2010.

BRASIL, Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935. Determina regras pelas quais são as sociedades declaradas de utilidade pública. *Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]*, Brasília, DF, 1935. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1930-1949/L0091.htm>. Acesso em 21 Agos. 2016.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Sociedade civil, esfera pública, terceiro setor: a dança dos conceitos**. In. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez, ano XXVI, n. 81, 2005.

FERNANDES, Rubem César. **O que é o terceiro setor?**. In: IOSCHPE, Evelyn et.al. *3º setor: desenvolvimento social sustentado*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2005.

FERREIRA, J. R. e GLAT, R. **Reformas educacionais pós-LDB: a inclusão do aluno com necessidades especiais no contexto da municipalização**. In: Souza, D. B. & Faria, L. C. M. (Orgs.) *Descentralização, municipalização e financiamento da Educação no Brasil pós-LDB*, pg. 372-390. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOHN, Maria da Glória. **O novo associativismo e o terceiro setor**. In. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez, ano XIX, n. 58, 1998.

IBGE. **As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1205&id_pagina=1>. Acesso em: 15 agost. 2016.

LAKATOS, E. Maria; MARCONI, M. de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica: Técnicas de pesquisa**. 7 ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

MONTANÕ, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.



II CINTEDI
II CONGRESSO INTERNACIONAL DE
EDUCAÇÃO INCLUSIVA
II Jornada Chilena Brasileira de Educação Inclusiva

16 a 18
NOVEMBRO
2016

LOCAL DO EVENTO
CENTRO DE CONVENÇÕES
RAYMUNDO ASFORA
GARDEN HOTEL
CAMPINA GRANDE-PB

